## REQUERIMENTO Nº /12 (Sr. Mendonça Prado)

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança.

Senhor Presidente.

Requeiro que, nos temos do artigo 24, III, c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para a discussão da atual situação dos policiais e bombeiros militares e das políticas públicas de valorização dos profissionais de segurança, com a presença da Desembargadora Salete Macalloz, da Sra. Jandira Rocha, Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro, do Sr. Capitão Tadeu, Deputado Estadual pela Bahia, do Sr. Sargento Aragão, Deputado Estadual por Tocantins, do Sr. Sargento Amauri Soares, Deputado Estadual por Santa Catarina, do Sr. Major Fábio, ex- deputado Federal, do Sr. Capitão Assumção, Ex- Deputado Federal, do Sr. Juliano Rabelo, ex - Deputado Federal, do Coronel Rabelo, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do Cabo Benevenuto Daciolo, ex-integrante do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro, do Cabo Jeoais, Policial Militar do Rio Grande do Norte, do Cabo P. Queiroz, soldado da PMCE; dos Sargentos Vieira e Edgar, da Polícia Militar de Sergipe, e da Sra. Adriana Borgo, Presidente da AFAPESP – Associação dos Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo.

## **JUSTIFICATIVA**



A situação da segurança pública no Brasil chegou a níveis preocupantes. A falta de estrutura e de condições dignas de trabalho para Policiais e Bombeiros Militares prejudicam a atuação dessas entidades em prol da sociedade.

Com a Promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, as entidades de classes passaram a reivindicar melhores condições salariais e de trabalho. Por entender que todos os cidadãos são iguais, como preceitua o Artigo 5º de nossa Carta Maior, os policiais e bombeiros militares também merecem ter seus direitos resguardados, e a gestão e comandos modernizados. É fundamental ressaltar que a Carta Magna garante a cidadania jurídica e política aos integrantes das polícias e bombeiros do Brasil.

Com base nisso, as lideranças de policiais e bombeiros militares promoveram paralisações pacíficas por todo o país. Contudo, insultos proferidos por autoridades constrangeram os manifestantes que tanto têm lutado e se dedicado aos seus serviços. Alguns líderes dos movimentos chegaram a ser presos de forma administrativa e, agora, estão sendo processados judicialmente.

É importante que esta Casa de Leis ouça os integrantes de movimentos reivindicatórios, visto que o tema da valorização do profissional de segurança pública é muito debatido neste Colegiado.

Assim, peço apoio dos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de abril 2012.

## DEPUTADO MENDONÇA PRADO DEMOCRATAS/SE